

Seção: Formação de Professores | Ensaio dissertativo | DOI: 10.35700/eja.2021.ano10n18.p40-51.3311

EJA – EPT: a pandemia do COVID-19 e o agravamento da crise capitalista

Youth and adult education integrated to the technological and professional education: the COVID-19 pandemic and the escalation of the capitalist crisis

EJA – EPT: la pandemia del COVID-19 y la agravante crisis capitalista

Shirley Bernardes Winter

Doutoranda em Educação – UFSM

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

E-mail: shirleybwinter@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8782-1132>

Mariglei Severo Maraschin

Doutora em Educação – UFSM

Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM – UFSM

E-mail: mariglei@ctism.ufsm.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9705-1896>

RESUMO

A crise capitalista se reestrutura continuamente, bem como o faz os meios de produção e de exploração de mão de obra; como exemplo, temos a inserção da tecnologia que supostamente atribui empreendedorismo ao trabalhador. A crise é acentuada quando ocorrem situações que desvelam a desigualdade social que nos cerca, como ocorre com a pandemia da COVID-19. Isso posto, nosso objetivo é contextualizar a influência da pandemia no contexto da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA – EPT), na relação trabalho e educação. Este ensaio dissertativo foi organizado metodologicamente percorrendo obras de estudiosos da relação entre trabalho e educação, e os resultados evidenciam que a crise gerada pela pandemia acentua ainda mais as desigualdades sociais, principalmente para aqueles que já eram desfavorecidos pelo sistema, como o público da EJA – EPT.

Palavras-chave: EJA – EPT. Pandemia. Crise capitalista.

ABSTRACT

The capitalist crisis is continually restructured as it is the means of production and exploitation of labor. As a matter of example, we have the insertion of technology that supposedly attributes entrepreneurship to the worker. The crisis is accentuated when situations occur that reveal the social inequality that surrounds us, such as the covid-19 pandemic. That said, the objective of this article is to contextualize the influence of the pandemic in the context of Youth and Adult Education integrated to the Technological and Professional Education (YAE – TPE) to what concerns the relationship between work and education. This essay was methodologically organized covering works by scholars who study the relationship between work and education and results show that the crisis generated by the pandemic further accentuates social inequalities, especially for those who were already disadvantaged by the system, such as the YAE – TPE audience.

Keywords: YAE – TPE. Pandemic. Capitalist Crisis.

RESUMEN

La crisis capitalista se reestructura continuamente al igual que los medios de producción y explotación del trabajo, por ejemplo, tenemos la inserción de tecnología que supuestamente atribuye emprendedorismo al trabajador. La crisis se acentúa cuando ocurren situaciones que revelan la desigualdad social que nos rodea, como la pandemia del covid-19. Dicho esto, nuestro objetivo es contextualizar la influencia de la pandemia en el contexto de la EJA – EPT, en la relación entre trabajo y educación. Este ensayo fue organizado metodológicamente cubriendo trabajos de estudiosos de la relación entre trabajo y educación y los resultados muestran que la crisis generada por la pandemia acentúa aún más las desigualdades sociales, especialmente para aquellos que ya estaban en desventaja por el sistema, como el público de la EJA – EPT.

Palabras-clave: EJA – PT. Pandemia. Crisis capitalista.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é marcado por grandes mudanças que trazem consigo um enorme apelo tecnológico, influenciando diretamente o mundo do trabalho em função dos avanços e retrocessos da sociedade capitalista em que vivemos. Entender a tecnologia como um elemento cada vez mais presente na relação “trabalho e educação” é fundamental para o entendimento sobre as alterações nas formas de trabalho e suas implicações na sociedade. As transformações sociais e econômicas em sua totalidade afetam diretamente o mundo do trabalho, exigindo sujeitos com grau cada vez mais elevado de escolarização, bem como de qualificação profissional. O conceito de “trabalho” aqui é entendido conforme a concepção sociológica de Marx, em que é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120), no contexto da sociedade capitalista, na qual o homem precisa estar inserido no mundo do trabalho e dar conta das exigências cada vez mais competitivas.

Para entender a relação do homem com o trabalho, faz-se necessário compreender como as transformações no mundo do trabalho afetam positiva e negativamente sua atividade laboral. Seguindo o viés marxista, o trabalho humano tem sua fundamentação na razão, consistindo na maneira que o sujeito se exterioriza, criando sua significação no mundo que o caracteriza. Para Saviani (2007):

Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Desse modo, compreendemos o trabalho como condição para humanização, apesar dos fatores de precarização e alienação que perpassam o mundo do trabalho através do tempo e espaço. A educação, sobretudo, para o público da EJA – EPT, representa uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Acreditamos que a escolarização contribua para que esses sujeitos tenham acesso ao saber historicamente acumulado e por meio desse saber, tenham melhores condições de ler o mundo, muito embora, no sistema capitalista, necessitem vender sua força de trabalho por um salário que possibilite sua subsistência.

Como já citado anteriormente, a humanidade vivencia estas constantes transformações no mundo do trabalho decorrentes da forma de organização social que se originou sob o modo de produção capitalista. Da mudança do sistema feudal para o processo de industrialização, da era do trabalho manual à era da informatização, cada momento representa importantes transformações na vida dos trabalhadores e nas formas ocupadas pela exploração e acumulação no modo de produção capitalista.

Neste contexto, o ano de 2020 foi marcado por mais uma grande mudança em escala mundial: um vírus totalmente desconhecido, de rápida e assustadora disseminação, o novo coronavírus (Covid-19)¹ surge e, com ele, irrompem inúmeras transformações no cenário global, afetando diretamente as classes menos favorecidas. O novo coronavírus ultrapassa todas as fronteiras, e a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara uma pandemia. O isolamento e o distanciamento social passam a fazer parte do cotidiano global, impossibilitando que muitos busquem sua subsistência. O número de mortes se torna crescente a cada dia, a saúde entra em colapso, a economia e a classe trabalhadora são diretamente atingidas e as relações sociais são completamente modificadas.

Assim como a pandemia trouxe mudanças em vários segmentos, a educação também vivencia uma mudança que determinará os novos rumos do processo de ensino e aprendizagem. Os educadores precisaram se adaptar rapidamente às novas práticas pedagógicas mediadas pelas tecnologias, de modo a darem conta de levar o conteúdo pedagógico aos estudantes. Trata-se de uma tarefa nada fácil, para ser colocada em prática da noite para o dia, principalmente, quando estamos

¹ De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 16 fev. 2021.

falando da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores e todas as especificidades que acompanham esses sujeitos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi instituída a partir de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como uma modalidade de ensino, integrante da Educação Básica (BRASIL, 1996). É destinada a atender estudantes que não tiveram, na idade regular, acesso à escolarização ou possibilidade de seguir nos estudos. Essa modalidade apresenta, desde quando fora institucionalizada, características de ter sua essência aligeirada, precarizada, compensatória e insuficiente diante da reprodução social dos trabalhadores, o que representa atualmente, um trágico cenário de desmonte mesmo sendo uma importante modalidade de ensino.

Nove anos após ser instituída a EJA, em 2005, o Governo Federal cria o “Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA), e, por meio dele, passam a ser ofertados cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade EJA (Decreto n. 5.478, de 24/06/2005). Já no ano seguinte, em 2006, o decreto de criação do PROEJA é revogado pelo decreto 5.840/2006, que o amplia em termos de abrangência e princípios pedagógicos (BRASIL, 2005; 2006a).

Em 2018, durante o 1º Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos da Rede Federal, que se realizou de 21 a 23 de maio de 2018, no Instituto Federal de Goiás, convencionou-se que o PROEJA passasse a ser chamado de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional (EJA – EPT). Dada suas especificidades, a modalidade da EJA, e principalmente da EJA – EPT, carrega consigo a indissociabilidade entre trabalho e educação, posta em relevo em tempos de pandemia.

Nesse contexto, esta pesquisa busca provocar reflexões e percepções, pensar criticamente a pandemia do coronavírus associada à crise estrutural do capital no contexto da EJA – EPT, na tentativa de compreender como as relações de trabalho foram sendo construídas e desconstruídas ao longo do tempo, no que diz respeito às especificidades da relação trabalho e educação em consonância com a sociedade capitalista. Mais especificamente, partindo do todo para o lócus de pesquisa, a investigação tem como foco a EJA – EPT, como política pública de importante relevância em termos de inclusão social e a sua relação com o mundo do trabalho.

Este ensaio teórico tem o objetivo de contextualizar a influência da pandemia no contexto da EJA – EPT, foi organizado metodologicamente percorrendo obras de estudiosos da relação entre trabalho e educação. A análise foi construída, ao longo do texto, com base nos fenômenos existentes no meio social tanto na relação do homem com a natureza, do homem com a sociedade, como do homem em relação à economia, insere-se em uma perspectiva dialética, perpassando as concepções, fundamentos e às contradições da política de EJA – EPT a partir dos referenciais que versam sobre a educação profissional, a relação trabalho e educação e a pandemia em curso, e assim provocar reflexões e percepções acerca do tema.

Após a organização dos dados, optou-se por apresentá-los em duas seções, intituladas “EJA – EPT: Concepções e Fundamentos” e “Pandemia e o agravamento da crise estrutural do capital.

2 EJA – EPT: CONCEPÇÕES E FUNDAMENTOS

Para melhor entendimento sobre a política direcionada ao público da EJA, faz-se necessário

destacar o papel do Estado na sociedade, visto que, neste contexto, é imprescindível para interpretar a criação e implementação de uma política pública. Consideramos necessário destacar que as reflexões apresentadas, neste estudo, inserem-se no contexto de Estado capitalista. Na concepção de Ramos (2012), o Estado é uma instituição com vínculo de classe, uma forma de organização que a burguesia necessariamente adota para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e de seus interesses.

O Estado cria e implementa uma política pública² que subordina a classe trabalhadora a uma escolarização engendrada nas necessidades de produção, com objetivo de atender aos interesses do capital e, em contrapartida, promove um ensino embasado no trabalho intelectual, reforçando a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesse sentido, Ramos (2012), argumenta que, no Brasil, o dualismo das classes sociais se enraíza no tecido social no decorrer de séculos de escravidão e de discriminação do trabalho manual.

Ao pesquisar a educação brasileira através dos séculos, observamos a inerente relação existente entre a escola e as exigências postas pelo sistema capitalista. Na história da educação brasileira, uma questão que se destaca nas discussões se refere à formação acadêmica versus formação para o trabalho. A primeira é representada pelos estudos tradicionais, a formação básica; e a segunda é representada pelo ensino destinado a formar para o trabalho a formação profissional. Uma das principais particularidades da educação no Brasil é a eminente distinção entre a educação destinada à classe trabalhadora e àquela voltada para a burguesia: o que se denomina dualidade estrutural (KUENZER, 2007).

Neste sentido, a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho (KUENZER, 2007, p. 27).

O contexto da EJA exige uma articulação que busca a integração curricular e o trabalho como princípio educativo, para assim promover a emancipação desses estudantes que, muitas vezes, já estão inseridos no mundo do trabalho e necessitam de uma formação autônoma capaz de desenvolver sua cidadania. Na concepção de Manfredi (2002), o ensino profissionalizante, como política pública, pode ser parte de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico, que se alia a outras políticas de emprego e geração de renda.

Nesse sentido, que o PROEJA (Decreto 5478/2005) foi instituído em um contexto político-social de promoção de políticas, envolvendo o Ensino Médio Integrado e a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, junto à revogação do Decreto 2208/97 e criação do Decreto 5154/2004 (MARASCHIN, 2015). Nesse sentido, foi ampliado em abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos pelo Decreto Federal 5.840/2006, tendo como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, humanismo e cultura geral, com a finalidade de contribuir para o enriquecimento

² Entendemos “política pública” como uma mudança social. Secchi (2015, p. 2), de forma bastante objetiva, apresenta a política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

científico, cultural, político e profissional, como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2006a).

Após o decreto de sua criação, o processo de construção e implementação do PROEJA foi elaborado por um grupo de trabalho que tinha por objetivo principal construir um documento base norteador para o projeto. O documento-base é considerado o principal registro que apresenta importantes orientações acerca da implantação do programa no Brasil. Ao longo do documento, é possível verificar a importância de que não seja uma proposta somente teórica, mas sim que acompanhe a contemporaneidade dos fatos sociais, principalmente, que perpassasse os programas de governo, que se constitua como uma política de Estado e não apenas como uma política de governo. O fracasso, nas campanhas no âmbito da educação, acontece, pois, de acordo com Machado (1998, p. 29):

[...] estas iniciativas governamentais possuem, entre suas características principais, a marca da descontinuidade. À medida que há alterações nos quadros do governo, novos rumos são propostos para a Educação como um todo e, conseqüentemente, para Educação de Adultos.

A proposta do PROEJA, ao menos no documento base de sua criação, considera a educação não apenas no sentido do emprego, ou da qualificação profissional para o mercado de trabalho, mas na possibilidade de uma educação mais abrangente, que perpassasse os saberes produzidos historicamente pela humanidade, integrados a formação dos trabalhadores. Vejamos o que o documento base do PROEJA sinaliza a respeito dessa questão:

Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atua na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa (BRASIL, 2006b, p. 10).

As dimensões “trabalho” e “educação” precisam estar constantemente articuladas. As transformações observadas e vivenciadas no mundo do trabalho refletem diretamente a estrutura capitalista na qual estamos inseridos, estrutura que tem como ideologia dominante a acumulação. Corroborando essa afirmação, David Harvey (1992) afirma que uma das características centrais do capitalismo é sua orientação para o crescimento, no entanto, esse crescimento em valores reais está ancorado na exploração da força de trabalho.

3 PANDEMIA E O AGRAVAMENTO DA CRISE CAPITALISTA

A política econômica nacional opera sob o bojo do capitalismo mundial, sendo que uma grande característica do sistema capitalista de produção é a acumulação. Desde a inserção da industrialização na sociedade até os dias atuais, muitas foram as transformações na relação capital-

trabalho com direta influência na relação trabalho-educação, porém a exploração que o capital, pelos sistemas produtivos, exerce sobre o trabalho como forma de acumulação continua a mesma, mas o que se modifica é a variação sobre o mesmo tema. A figura 1 ilustra o sistema capitalista envolvendo diversos setores da economia.

Figura 1 – Ilustração da forma como o sistema capitalista envolve os meios



Fonte: Retirada da internet, disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/capitalismo.htm>,

Acesso em: 15 mai. 2021.

O desemprego, considerável característica do cenário contemporâneo, apresenta-nos uma elevada taxa de desocupação³, que, em certa medida, está associada às inovações organizacionais como a inclusão das tecnologias, e também influenciada pelos impactos causados pela Covid-19. Mesmo antes da pandemia, o desemprego já atingia principalmente jovens e adultos das classes menos favorecidas, porém, com a chegada do vírus que provocou o distanciamento social, este problema se agravou ainda mais. Nesse sentido, Antunes (2018 p. 340) assevera: “se o mundo atual nos oferece como horizonte imediato o privilégio da servidão, seu combate e seu impedimento efetivos, então, só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação.”

No Brasil, de acordo com Antunes (2020), vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de sua precarização ilimitada,

[...] entre outras consequências devastadoras para a humanidade, podemos citar o desemprego monumental, a destruição ambiental, a “mercadorização” da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados. Isso tudo nos trouxe a um quadro pandêmico que amplifica ainda mais o sentido letal do sistema de capital (ANTUNES, 2020, p. 10).

³ De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação subiu para 14,7% no primeiro trimestre deste ano 2021, uma alta de 0,8 ponto percentual na comparação com o último trimestre de 2020 (13,9%). Isso corresponde a mais 880 mil pessoas desocupadas, totalizando 14,8 milhões na fila em busca de um trabalho no país. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 16/02/2021.

No contexto das contradições entre trabalho e educação, trazer uma concepção de escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social é um processo que exige refletir sobre várias dimensões. Kuenzer (1985), em sua obra “Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador”, buscou compreender, no âmbito da própria fábrica, organizada sob a égide do capital, de que maneira acontecem as relações de trabalho e educação, de que forma a empresa capitalista educa o trabalhador. De acordo com a autora, o trabalhador é educado para um tipo de trabalho alienado, de maneira a produzir o maior valor possível. A questão principal, em sua análise então, é entender como o trabalhador, por meio das relações de trabalho, pode se educar para superar as relações de exploração do capitalismo (cf. KUENZER, 1985).

A história da educação é marcada por movimentos contraditórios entre escola e trabalho, pois a tecnologia evolui, mas, em contrapartida, o aumento do desemprego também é crescente. Dessa forma, possibilidades como empregos informais, terceirizados e precarizados tornam-se a única forma de subsistência. Novas formas e significados construídos, ao longo do tempo, impactam diretamente o mundo do trabalho. Trata-se de novas formas com velhos sentidos, como mostra a Figura 2, isto é, o trabalho precarizado/explorado existe desde o surgimento do capitalismo; ele apenas segue recebendo novas reatualizações.

Figura 2 – Sentido figurado para o trabalho precarizado



Fonte: autoria própria, com base em dados da internet, 2021.

O tema da precarização do trabalho é de extrema importância em nosso contexto social, especialmente nos dias atuais, em que emerge uma nova configuração do capitalismo. Antunes (2018), na recente obra “O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital” resgata importantes contextos sobre os sistemas produtivos que perpassaram o tempo. Nesse sentido, Antunes (2018, p. 30) afirma que “há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm

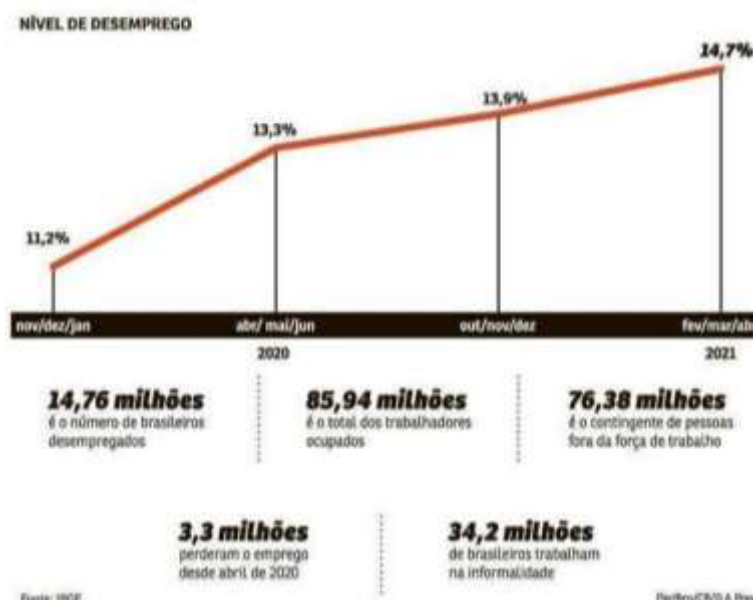
empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais”. No dia a dia da escola de EJA, vemos na prática a importância que o emprego tem na vida desses trabalhadores-estudantes, mesmo que, muitas vezes, empregos precários, mas que proporcionam o sustento de suas famílias e o acesso a questões básicas como alimentação, por exemplo.

A relação do trabalho com o tempo, assim como a fragmentação do trabalho, propostas desde o taylorismo se manifesta fortemente nos dias de hoje. A terceirização vem se tornando a modalidade de gestão cada vez mais em relevo no mundo do trabalho, visto que minimiza os custos para as grandes empresas, criando “parcerias” entre as grandes empresas e as pequenas terceirizadas.

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho (ANTUNES 2018, p. 37).

Anteriormente ao inimigo invisível – a Covid-19 –, já tínhamos os inimigos visíveis como um sistema que valoriza a exploração da mão de obra barata e o acúmulo de renda. Segundo os dados da Oxfam⁴, um exemplo da desigualdade vivenciada é como a pandemia afetou diretamente as pequenas empresas no Brasil. Cerca de 10 milhões de pequenas empresas tiveram que interromper suas atividades temporariamente, impactando diretamente no nível de desemprego, que, de acordo com a Figura 3, atingiu em 2021 a marca de mais de 14 milhões de brasileiros, de acordo com dados do IBGE, e o índice ainda pode piorar, visto que a pandemia ainda não acabou.

Figura 3 – Nível de desemprego no Brasil



Fonte: IBGE, 2021.

⁴ A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira criada em 2014 para a construção de um Brasil mais justo, sustentável e solidário, eliminando as causas da pobreza, as injustiças sociais e as desigualdades.

Em tempos de pandemia da COVID-19, em que as medidas de isolamento e distanciamento social impedem a busca por empregos e dificultam o trabalho dos informais, quase 50% da força de trabalho brasileira estão bastante fragilizadas pela ausência de renda mínima para subsistência (IBGE, 2021). A pandemia fomenta ainda mais a exclusão social, pois amplia o desemprego. Santos (2020), em sua recente obra “A Cruel Pedagogia do Vírus”, destaca que:

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque são obrigados a trabalhar em condições de risco. (SANTOS 2020, p. 23).

Esse período de pandemia tem desvelado problemas já existentes tanto no âmbito econômico como o desemprego, quanto no âmbito da escolarização como a falta de Trabalho Pedagógico Crítico. O primeiro olhar para o Trabalho Pedagógico crítico é conhecer os estudantes, quem são esses trabalhadores e trabalhadoras é fundamental no processo de ensino e de aprendizagem. Nesse contexto, Miguel Arroyo (2017), em seu livro “Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa”, propõe alguns questionamentos importantes para pensar o pedagógico: quem são os educandos, de onde vêm, para onde voltam, de que percursos humanos-desumanos, sociais, raciais, de gênero e de trabalho? São questões importantíssimas para se pensar as especificidades do público da EJA e EJA – EPT.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto teve como objetivo contextualizar a influência da pandemia no contexto da EJA – EPT, na relação “trabalho e educação” visando à construção de breves reflexões e percepções acerca do tema, a partir dos fenômenos existentes no meio social. Considerando o objetivo apresentado, procuramos, ao longo do texto, encontrar elementos capazes de fomentar a reflexão acerca da temática proposta, visto que a política de EJA nos últimos anos está silenciada⁵, evidenciando um cenário de retrocessos e de seu desmanche.

Consideramos que a construção do conhecimento implica o processo de conhecer o todo e suas partes. Para dar suporte a tal afirmação, ancoramo-nos na categoria da Totalidade, em que o tema precisa ser analisado tendo como parâmetro principal o ponto de partida e ponto de chegada no capitalismo na acumulação flexível. De acordo com Kuenzer (1998, p. 57), a totalidade, pressupõe o entendimento da realidade como um todo, “do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e vice versa, da totalidade para a contradição.”

⁵ Conceito utilizado por Maraschin (2015) para definir o descaso com a política da EJA.

As notáveis transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no contexto global vêm deixando consideráveis marcas desde o final do século XX. A globalização da economia, a competitividade, a tecnologia avançando a passos largos, a flexibilização do trabalho, e, por conseguinte, o trabalho precarizado, vêm refletindo na sociedade, no mundo do trabalho e nos trabalhadores. Além disso, a pandemia em curso amplia os problemas já anunciados, traz à tona o aumento da pobreza e, mais ainda, denuncia a falta de acesso as tecnologias digitais, ao emprego e renda, excluindo mais uma vez os trabalhadores estudantes da EJA e EJA – EPT.

Partindo da realidade inescapável de que a pandemia fomenta ainda mais a exclusão social, pois amplia o desemprego, acreditamos que a escolarização contribua para que os trabalhadores-estudantes tenham acesso ao saber historicamente acumulado e carreguem melhores condições de ler o mundo, ainda que, mesmo assim, no sistema capitalista, necessitem vender sua força de trabalho, talvez por um salário precarizado, mas necessário para a sua subsistência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: Do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Lei 9394/96 de 20.12.96** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23.12.96

BRASIL. **Decreto no 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto no 5.840**, de 13 de julho de 2006a. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica ao na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF.

BRASIL. **Documento Base PROEJA**, Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2006b.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

IBGE, **Taxa de desemprego no Brasil 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 jul. 2021.

KUENZER, Acacia Z. **Pedagogia da Fábrica**.4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1985.

KUENZER, Acacia Z. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KUENZER, Acacia Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90**: políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”. Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu-MG, set. 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas**: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora? Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação tecnológica como política de Estado**. In: OLIVEIRA, Ramonde (org). Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Edições Almedina, S.A. Coimbra, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.